

**CONCURSO PÚBLICO DE FISCAL DE CONTROLE URBANÍSTICO E  
AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE  
EDITAL Nº 01/2023  
CHAVE DE CORREÇÃO**

**ESTUDO DE CASO – QUESTÃO 1**

Belo Horizonte é considerada pelos mineiros como a "capital dos botecos", tendo, de acordo com um levantamento efetuado em 2017 pela PBH uma concentração média de 28 bares por quilômetro quadrado. Tema de tese de doutorado, a alta frequência dos mineiros nos bares foi explicada pela nostalgia e o sentimento de identidade trazido por esses ambientes. A gastronomia, com certeza, é uma das marcas registradas da cidade, que tem enorme potencial turístico, levando a economia criativa ao caminho da recuperação.

Com a demanda cada vez maior, as calçadas próximas de bares, restaurantes e demais estabelecimentos comerciais de alimentação na cidade estão parcialmente ocupadas por mesas ao ar livre. Neste momento, a retomada econômica começa a dar sinais e trazem consequências no que tange a ampliação da ocupação do espaço físico por parte dos comerciantes do setor. Do ponto de vista urbanístico, a apropriação, cada vez maior, dos espaços públicos por estabelecimentos privados causa apreensão, pois a ocupação das calçadas e até mesmo de parte das ruas com mesas e cadeiras de bares e de restaurantes compromete a mobilidade, a acessibilidade e a qualidade de vida urbana. O direito de ir e vir dos moradores, em especial das pessoas com deficiência, idosos ou mesmo pessoas com carrinhos de bebês, é obviamente afetado. Além disso, com o claro estímulo às aglomerações noturnas dessas atividades, o direito ao descanso e ao sossego está também em risco, tendo em vista a emissão de ruídos provenientes desse tipo de atividade comercial.

De certo, a flexibilização da ocupação dos passeios públicos por mesas e cadeiras dos estabelecimentos comerciais é um caminho para ampliar os locais de lazer da população e também de ajudar a conter a grave crise econômica que assola o país. No entanto essa ocupação deve ser disciplinada e rotineiramente fiscalizada com atenção pelo poder público.

Você como fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental da PBH será responsável pela fiscalização do cumprimento da legislação municipal sobre o uso e intervenções nos logradouros públicos. Com isso, descreva as ações que devem ser tomadas quanto ao uso do logradouro público por bares, restaurantes e demais estabelecimentos comerciais de alimentação na cidade, onde é permitido, como se dá o licenciamento e liste as regras de uso a serem seguidas.

**CONCURSO PÚBLICO DE FISCAL DE CONTROLE URBANÍSTICO E  
AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE  
EDITAL Nº 01/2023**

**CHAVE DE RESPOSTA QUESTÃO 1:**

O candidato em sua resposta precisará descrever:

1. Onde é permitido o licenciamento para estabelecimentos comerciais em logradouros públicos;
2. Como se dá o estabelecimento do licenciamento para esses estabelecimentos;
3. A regras de uso que devem ser seguidas por estabelecimentos comerciais que estão ligadas as ações de uso.

De acordo com o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, Lei Municipal nº 8.616/2003 **(não é obrigatório a menção do número de lei na resposta, sua menção na chave de resposta é ilustrativa, a fim de demonstrar de que legislação foi retirada as informações mencionadas na resposta)** a utilização de logradouro público por bares, restaurantes e demais estabelecimentos comerciais de alimentação na cidade é permitido, devendo ser priorizado a circulação de pedestres, com segurança, conforto e acessibilidade, em especial nas áreas com grande fluxo de pedestres.

**A área do afastamento frontal da edificação pode ser destinada à colocação de mesa e cadeira independente de licenciamento, devendo ter uma faixa de pedestre, livre de qualquer obstáculo, com largura mínima de 1,00m.** Fora o uso do afastamento frontal, a colocação de mesas e cadeiras somente poderá ser feita em edificação utilizada para o funcionamento de restaurante, bar, lanchonete, café, livraria ou similares, mediante solicitação de licença, e nos seguintes casos: **no passeio, desde que o mesmo tenha largura igual ou superior a 2,70m;** no espaço do quarteirão fechado; e na área de estacionamento de veículos em via pública local lindeira à testada do imóvel correspondente ao estabelecimento, quando o passeio tiver largura inferior a 2,70m e mediante avaliação do Executivo. Cabe salientar que, de acordo com o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, nas vias preferencialmente residenciais (VR), são admitidas atividades de baixo impacto, podendo as atividades de bares, restaurantes e similares somente utilizar as áreas edificadas, vedada a colocação de mesa e cadeira no passeio.

**Com exceção do uso do afastamento frontal da edificação, o licenciamento é obrigatório e será objeto de cobrança do fiscal urbanístico e ambiental no ato fiscalizatório. A licença ficará vinculada ao Alvará de Localização e Funcionamento da atividade,** onde deverá constar horário permitido de utilização do passeio em função das condições locais de sossego ou de segurança pública e do trânsito de pedestre.

A fiscalização deve estar sempre atenta as regras de uso dos passeios, sendo que **a área destinada à colocação de mesa e cadeira deverá ser demarcada fisicamente, com a instalação de barreira removível, podendo permanecer no local somente no horário definido no documento de licenciamento. Também deverá ser respeitada a faixa livre reservada a trânsito de pedestre, as áreas de embarque e desembarque de transporte coletivo e manter uma distância mínima de 5,00m (cinco metros) da esquina.** O espaço utilizado para colocação de mesa e cadeira não poderá exceder a testada do imóvel correspondente ao estabelecimento, exceto se contar com a anuência do vizinho lateral. A colocação de toldo é permitida, mas depende de prévio licenciamento. Outra regra importante a ser destacada, se tratando de estabelecimento comercial que pode ter um número grande de frequentadores, assim como o oferecimento de música ao vivo, é o Controle de Ruídos, Sons e Vibrações, Lei nº 9.505/2008, já que a poluição sonora prejudica a saúde, o sossego, a segurança e o bem-estar da população. Com base nisso, visando coibir os excessos na emissão de ruídos nesses espaços e de acordo com essa Lei, esses estabelecimentos não devem ultrapassar os níveis máximos permissíveis no Município de Belo Horizonte que são: de 70dB(A) no período diurno, de 60 dB(A) no período vespertino e de 50dB(A) no período noturno até às 23h59min e de 45 dB(A) a partir da 0h00min. **Às sextas-feiras, aos sábados e em vésperas de feriados, será admitido, até às 23 horas, o nível correspondente ao período vespertino. Vale salientar que é proibida a execução de música, por meio mecânico ou ao vivo, após as 23 horas, em ambiente externo.**

**IMPORTANTE: Os itens destacados em negrito, são imprescindíveis na resposta do candidato.**

**CONCURSO PÚBLICO DE FISCAL DE CONTROLE URBANÍSTICO E  
AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE  
EDITAL Nº 01/2023**

**ESTUDO DE CASO – QUESTÃO 2**

Um dos temas que tem tomado grande espaço nos noticiários brasileiros é o roubo de cabos de telecomunicações e de energia. Dados da Federação Nacional de Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática - Feninfra apontam que o furto de cabos de cobre no Brasil cresceu 34% em 2020. Os problemas decorrentes desses crimes prejudicam a infraestrutura e afetam o serviço de milhões de brasileiros todos os anos. Apenas em 2020, 6,7 milhões de cidadãos em todo o Brasil tiveram seus serviços interrompidos pelo furto, roubo e receptação de cabos e equipamentos e significaram uma perda de R\$ 1 bilhão no ano passado para as empresas do setor, aproximadamente.

O furto de cabos elétricos para a venda de cobre no mercado paralelo não é novidade nas grandes cidades e os danos vão além do prejuízo financeiro, já que afetam o fornecimento de energia elétrica para serviços essenciais. Casos recentes como a tentativa de roubar a fiação elétrica do Hotel Othon Palace, no centro de BH, deixando o responsável com queimaduras de segundo grau, o furto de cabos que deixou o Detran MG, na região Centro-Sul da capital sem luz e o furto de cabos do metrô da capital deixando sua operação com lentidão e mais de 100 mil pessoas prejudicadas, são casos de destaque na temática.

Colocar esse tema em debate é imprescindível, pois o que mais preocupa as autoridades e a população propriamente dita é a segurança. O furto de cabos pode deixar hospitais sem luz, trânsito sem sinalização e o comércio sem poder funcionar, prejudicando a todos.

Como fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental da PBH e responsável pela fiscalização de estabelecimentos de comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas, descreva as ações que devem ser tomadas para os seguintes tópicos:

- Quanto a atividade comercial de resíduos e sucatas metálicas no Município de Belo Horizonte, informe sua caracterização e como se dá o licenciamento urbanístico e ambiental.
- Quanto ao tipo de material, sucata metálica, descreva como deve ser a gestão desse tipo de resíduo, identifique a legislação pertinente e liste as respectivas penalidades advindas de infrações.

**CONCURSO PÚBLICO DE FISCAL DE CONTROLE URBANÍSTICO E  
AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE  
EDITAL Nº 01/2023**

**CHAVE DE RESPOSTA QUESTÃO 2:**

O candidato em sua resposta precisará descrever ações que devem ser tomadas:

1. Quanto ao tipo de material, identifique a legislação pertinente e liste as respectivas penalidades advindas de infrações;
2. Quanto ao tipo de material, descreva como deve ser a gestão desse tipo de resíduo;
3. Quanto a atividade comercial de resíduos e sucatas metálicas no Município de Belo Horizonte, informe sua caracterização e como se dá o licenciamento urbanístico e ambiental.

Devido à grande repercussão nacional e aos graves danos econômico e social causado pelo furto de fios e cabos metálicos, atualmente o **Município de Belo Horizonte possui uma legislação específica que dispõe sobre a necessidade de comprovação da origem dos materiais metálicos recicláveis**, a Lei Municipal nº 10.365/2011 **(não é obrigatório a menção do número de lei na resposta, sua menção na chave de resposta é ilustrativa, a fim de demonstrar de que legislação foi retirada as informações mencionadas na resposta)**. As empresas que descumprirem o disposto nessa Lei estão sujeitas, sem prejuízo, conforme o caso, das sanções de natureza civil e penal, de notificação, multa e cassação imediata do alvará de licença do estabelecimento.

As empresas localizadas na capital, que desenvolvem atividades comerciais como recicladoras, comprem material metálico para a reciclagem e/ou exercem a atividade de recuperação de materiais metálicos, assim como as que operam com o comércio de ferro velho ou sucatas, devem manter registros que comprovem a origem dos materiais que venham a ser adquiridos de terceiros para essas atividades, sendo obrigatório o registro dos materiais ao serem adquiridos através de cadastro próprio. Os materiais sujeitos a registro são fios de cobre e fios metálicos em geral, placas indicativas e de sinal de trânsito, tubos de sustentação de placas, postes metálicos, tampos e outros do gênero, bocas de lobo, tampos de bueiros pluviais e sanitários em aço, mobiliários urbanos fixos, tais como lixeiras e semáforos, coberturas de ponto de ônibus e qualquer outro material que tenha identificação pública. **O cadastro deve identificar, no ato da compra, os fornecedores dos materiais mencionados, mediante a apresentação de um documento oficial de identidade e a informação de seu respectivo endereço, devendo a empresa manter a cópia dos documentos em seus arquivos. Além disso, os registros deverão conter também a descrição do material comprado, a quantidade e a data da compra, assim como sua origem.**

A fiscalização deve estar atenta as licenças, pois **de acordo com a legislação urbanística de Belo Horizonte, todos os empreendimentos de uso não residencial são obrigados a ter o licenciamento de todas as atividades exercidas**, inclusive as auxiliares, sendo classificados, de acordo com o potencial de geração de incômodos atribuído a cada atividade. **Para o caso de comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas, o Plano Diretor do Município (Anexo XIII – Classificação de Atividades da Plano Diretor), classifica como atividade de alto risco ambiental**, ou seja, empreendimentos que podem sobrecarregar a infraestrutura urbana ou ter repercussão ambiental relevante, sujeitos a processo específico de licenciamento, de caráter ambiental e/ou de caráter urbanístico, de acordo com a preponderância das repercussões decorrentes de sua implantação.

**IMPORTANTE: Os itens destacados em negrito, são imprescindíveis na resposta do candidato.**